

# O verde que queremos

» ALDO PAVIANI

Geógrafo e professor emérito da Universidade de Brasília (UnB)

A paisagem pode ser vista e admirada diferentemente por pessoas urbanas ou rurais que passam por um lugar, urbano ou rural. Nessa paisagem muitos elementos têm peso diverso para quem o olha como um passante ou algum admirador da natureza. O que anda próximo a ambientes naturalmente preservados não observa se houve novos plantios de árvores ou se algum machado ou motosserra fez o que lhe cabe fazer – cortar ou decapar. Por isso, não se encanta com o verde exuberante proporcionado por algumas décadas por pessoas comuns ou das autoridades executivas que deveriam manter e o dever de ampliar o que das alturas de um voo parece ser um tapete verde.

Ele tem um valor extraordinário para os ecologistas, um dos quais, o socioambientalista Eugênio Giovanardi, dedica um livro à exaltação dos ecossistemas e do que eles representam para o meio ambiente de Brasília, de sua área metropolitana e do Centro-Oeste brasileiro. A obra, *À procura da Brasília perdida – cidades e ecossistemas*, é obrigatória para profissionais ligados ao ensino médio e às universidades. Os escritos nele contidos são fundamentais para conhecer as inter-relações dos ambientes socionaturais e do meio ambiente em Brasília e de sua área metropolitana.

De fato, ao percorrer o Distrito Federal (DF), nota-se que os núcleos urbanos possuem coberturas verdes bem diversas. Isso é notório em mapas ou em fotografias aéreas e de satélite. Nelas, a tonalidade da imagem do Plano Piloto é muito mais esverdeada do que a da Ceilândia, por exemplo. Nesse núcleo, o tom acinzentado indica pouca vegetação, isto é, em

50 anos, o grande centro – geminado a Taguatinga – não desenvolveu um ambiente vegetal compatível com seu enorme território, de 230km<sup>2</sup>.

Outros centros urbanos são mais cuidadosos com o verde, tendo ruas e avenidas com boa vegetação. Há plantas exóticas em todo o DF, mas há árvores centenárias que a natureza deixou como legado ambiental desde sempre. Nos núcleos urbanos – mesmo no Plano Piloto – sempre cabem mais árvores e gramados bem cuidados. As vantagens do verde são inúmeras – e não apenas para os olhos de quem tem preocupação ecológica: asseguram um aquífero mais pródigo que alimenta as nascentes, riachos, rios, lagos e córregos. E mais ainda, que o futuro não nos negue água para os fins alimentares e de limpeza urbana (embora seja questionável que um síndico de prédio determine a limpeza de seu estacionamento com essa água potável – verdadeiro desperdício que deveria ser severamente combatido desde já).

Nossa natureza estará melhor daqui a 50 ou 100 anos se tivermos a capacidade de reflorestar o que foi destruído para implantar asfalto, cimento e tijolos, estes utilizados na grande quantidade de casas e prédios construídos no DF. Hoje têm-se mais espaços urbanos e menos território para as árvores, o verde que anima a natureza, o homem nela contido. Com o passar dos anos ou décadas, os governantes do DF deverão se identificar da necessidade de manter a capital abastecida de água potável para o consumo humano.

Em Brasília, há mais do que três milhões de habitantes ou consumidores do precioso líquido. A esses milhares de moradores deve-se agregar o morador

vindo da periferia metropolitana do DF para trabalhar ou obter serviços. Muitos desses trabalhadores já moravam no DF, mas uma exclusão socioeconômica os fez migrar para o sul, oeste e norte da capital para ter menores dispêndios com moradia e serviços.

O futuro poderá modificar esse cenário se uma grande ação descentralizadora for realizada para que a periferia metropolitana conte com a dispersão de serviços e facilidades que a grande massa populacional conseguir atrair e manter. De fato, mais de um milhão de habitantes dessa região, ao longo dos anos, poderá atrair os serviços urbanos básicos e tornar possível que se instalem as indústrias não permitidas no DF.

De fato, os maiores municípios entre os 12 componentes da área metropolitana de Brasília possuem volume de trabalhadores que se habilitam como mão de obra industrial. Aliás, a questão industrial é pouco debatida nesta região, pois basicamente Anápolis se capacitou para abrigar em seu distrito industrial as empresas que encontraram um nicho importante de consumidores com altos salários no funcionalismo e setor privado do DF, de Goiânia e do Planalto Central.

Finalmente, é desejável que todos queiram manter e ampliar a vegetação no DF e em sua área metropolitana. Deseja-se que as autoridades e instituições de Goiás e do DF passem a estimular a revegetação nos locais em que houve desflorestamento. Só assim teremos um futuro em que não faltará água e as pessoas possam usufruir de bem-estar com o ecossistema regenerado. As futuras gerações agradecerem.



G O M E Z

## Real valorizado deve durar pouco

» TATIANA GOES

Empreendedora, economista e CEO da GoesInvest

A valorização do real em 2022 já é histórica. De acordo com o acompanhamento feito pelo FMI, a moeda brasileira foi a que mais se valorizou em relação ao dólar, entre outras 38 moedas, o que inclui euro, libra e iuan. A valorização influencia diretamente a vida de brasileiros que estão planejando viajar para o exterior, aqueles que têm contas a pagar em moedas estrangeiras e até mesmo investidores na moeda.

Esse movimento cambial abrupto contou com dois principais motivos, sendo um esperado e o outro que pegou o mundo de surpresa. O esperado foi o processo de alta dos juros iniciado pelo Banco Central em março do ano passado. Nesse período, a taxa Selic subiu de 2% ao ano para os atuais 12,75%, aumento que elevou a rentabilidade das aplicações financeiras em reais e atraiu bastante capital para cá. Tanto de estrangeiros quanto de investidores brasileiros com recursos aplicados no exterior.

Vale lembrar que as cotações do dólar no mercado financeiro estão sujeitas às mesmas leis que os preços dos legumes nas feiras-livres, por exemplo. Quando a oferta aumenta, o valor do dólar em reais cai. O motivo inesperado foi a invasão das tropas russas na Ucrânia, ocorrida no fim de fevereiro. O temor de que as hostilidades interrompessem o trânsito internacional das commodities e provocasse uma escassez de oferta elevou os preços. E o Brasil se beneficiou dessa conjuntura, pois é exportador de matérias-primas, como

minério de ferro, grãos e proteína animal, que são negociados em dólares.

Mas, ao invés de ficarmos atrás dos porquês, o ideal é mirarmos na pergunta que está no centro das discussões econômicas para o segundo semestre: essa situação vai continuar ou o real vai arrefecer? Não gosto de cravar o martelo até porque prever comportamentos de moedas é uma tarefa ingrata, mas o fato é que a alta dos juros nos Estados Unidos, que já está contratada pelo banco central americano, deve reduzir a atratividade relativa do mercado brasileiro.

O mercado norte-americano é apontado como o mais seguro do mundo e, mesmo que pague um retorno menor ao investidor neste momento, os riscos são menores do que uma economia em crise e suscetível aos ventos políticos de embate, como é o caso do Brasil. Além disso, outro ponto que interfere nesse movimento de alta do dólar é o lockdown na China. O país passa por um cenário de restrição total da população em Xangai e protocolos rígidos em Pequim para conter uma nova ameaça da covid-19.

Para completar teremos uma eleição presidencial daqui a cinco meses no Brasil e essa situação sempre causa volatilidade no mercado financeiro. Senão por outros motivos, pelas dúvidas e insegurança que provocam nos investidores em relação à transição de governo e a possíveis alterações na política econômica.

Uma pesquisa realizada em fevereiro pela Amcham com 648 líderes empresariais brasileiros

apontou que as eleições são o fator de maior incerteza para a economia do país em 2022. Para 62% dos entrevistados, as indefinições a respeito do cenário eleitoral, tanto em âmbito nacional como estadual, devem gerar os desafios mais importantes para as empresas ao longo do ano. A situação fiscal foi o segundo motivo mais citado, tendo 26% dos executivos expressado preocupação com o controle orçamentário menos rígido e o furo do teto de gastos. Já 12% dos participantes indicaram a pandemia como maior fator de imprevisibilidade, em razão do aumento de casos na abertura do ano e do eventual surgimento de novas variantes.

A Amcham perguntou aos empresários quais são outros aspectos de preocupação em 2022, excluídos os três fatores (eleições, risco fiscal e pandemia). Em resposta, os pontos mais indicados foram: inflação (68%), flutuação/alta do câmbio (38%), paralisação na aprovação das reformas (38%), alta da taxa de juros (31%), aumento do desemprego (27%), fuga de investimento estrangeiro direto (20%) e isolamento global brasileiro (12%).

Não dá para acalantar o mercado e responder a nenhuma dessas questões que afligem o empresário brasileiro, pois muitas variantes dependem do resultado das eleições em outubro. E isso quer dizer mais risco, e risco elevado resulta em um dólar mais apreciado. É por isso que podemos estar nos despedindo desse ciclo de valorização que teve a moeda brasileira nos últimos tempos.

## A evolução tecnológica e o desafio da educação básica

» CAMILA CARDOSO

Vice-presidente de Educação Digital da SOMOS Educação

A tecnologia encurtou distâncias e pontes nos mais diversos setores e é um aspecto fundamental das relações humanas, sociais e de trabalho. Mas no contexto da educação básica, ela não está sendo aplicada em sua totalidade e ainda há muitos desafios. A grande virada de chave para aproveitar esse cenário é educar os jovens para os novos desafios da sociedade.

O Brasil já caminhou muito na questão de acesso à tecnologia nas escolas, mas é preciso fazer mais. Para ter ideia de quanto ainda precisamos avançar, o acesso à internet — essencial para a sociedade interconectada em que vivemos — está presente em 94% das escolas brasileiras, porém apenas 45% disponibilizam acesso aos alunos. Nesse cenário, depois da pandemia, o celular tornou-se o principal suporte de acompanhamento de aulas para 37% dos estudantes, seguido de notebooks (29%) e computadores de mesa (11%), o que mostra o quanto aceleramos em direção a uma educação de formato híbrido.

É preciso, portanto, popularizar o acesso e uso de dispositivos e ferramentas, além disso, avançar na direção do uso da tecnologia para melhorar a experiência educacional e o aproveitando das atividades pedagógicas. O uso da tecnologia, inclusive, é apontado pela Base Nacional Curricular Comum (BNCC) como um fator fundamental do processo de ensino, para que o aluno aprenda a aprender, estimulando o estudante a ser protagonista de sua história a partir do uso de tais ferramentas para resolver problemas, produzindo e disseminando conhecimento, tornando-se um cidadão com senso ético e crítico.

As tecnologias imersivas, como o metaverso (espécie de mundo virtual que reproduzirá a realidade em dispositivos digitais) são um exemplo de solução que proporcionará uma evolução das práticas educacionais, maximizando a aprendizagem com experiências e vivências únicas em ambientes imersivos: imagine, em uma aula de história, o aluno visitar museus ou locais onde se desenrolaram grandes acontecimentos do passado; ou poder manipular um corpo humano durante a aula de ciências, tudo isso de forma lúdica e virtual. Será um salto enorme na forma como o conhecimento é vivenciado e assimilado pelo aluno.

A escola do futuro é caracterizada por um formato presencial com momentos híbridos, estimulando o uso de tecnologia e de recursos digitais. Acredito que, dessa forma, contribuiremos para: (1) favorecer uma participação mais autônoma, ativa, crítica e responsável dos alunos no seu processo de aprendizagem; (2) priorizar os tempos de ensino e aprendizagem presenciais, nos quais o professor servirá de guia dos estudantes na busca do conhecimento; (3) criar alternativas personalizadas de aprendizagem em tempos não presenciais; (4) preparar os jovens para atuação competente, responsável e colaborativa na vida adulta.

O uso da tecnologia, inclusive, é apontado pela Base Nacional Curricular Comum (BNCC) como um fator fundamental do processo de ensino. As orientações da BNCC integradas com os avanços das ciências da educação e das neurociências, permite que o currículo esteja mais organizado em torno dos conteúdos didáticos e também dos recursos digitais.

Nesse contexto, o professor poderá ainda analisar o processo de aprendizagem dos estudantes por meio dos dados objetivos de desenvolvimento deles, podendo ajustar, em tempo hábil, seu planejamento de ensino e permitindo às famílias que também acompanhem os estudantes em suas escolhas.

Diante de tantos desafios, é necessário investir em ideias disruptivas e no desenvolvimento científico, para atender às necessidades dos estudantes e aos desafios do futuro. Só assim teremos uma educação moderna e inovadora, que estimula e promove uma verdadeira transformação social e econômica. Educação, digitalização e tecnologia devem andar de mãos dadas.